

Igrejas abertas num mundo contaminado: mobilização evangélica, liberdade religiosa e Covid-19 no Brasil

Open churches in a contaminated world: evangelical mobilization, religious freedom and Covid-19 in Brazil

Emanuel Freitas da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

Emerson José Sena da Silveira

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

RESUMO

Durante a sindemia do novo coronavírus, parlamentares cristãos, nas redes sociais e nas tribunas legislativas, se mobilizaram em torno de projetos e pregações que defendiam que os templos permanecessem abertos, ainda que isso contribuísse para o agravamento da crise sanitária, gerando mais mortes. Neste artigo, indagamos como atores do campo religioso evangélico se utilizaram da sindemia de covid-19 para reconfigurar o campo do poder político no Brasil a partir da legitimação dos serviços prestados por suas instituições na vida social. Partimos da ideia da constituição, no interior da crise social-econômica neoliberal, de um reacionarismo político-religioso cristão, que conjuga a ideia de liberdade individual (de ir e vir, de opinião) ao imaginário de “perseguição à fé cristã”, “ditadura do judiciário” e “comunismo” supostamente em curso no mundo e no Brasil. O lema ambivalente “Falar de Cristo, hoje, para não ser impedido de falar amanhã”, alimenta bolhas autoimunes e ação libertária, lastreadas na celebração identitária (nação cristã) e na confusão entre coisa pública e moral particular. Por meio de metodologia quanti-qualitativa, coletamos dados da mobilização (legislativa, digital e sociorreligiosa) de parlamentares ligados à diversas igrejas nas cinco regiões geopolíticas brasileiras.

Palavras-chave: Sindemia, Democracia liberal, Evangélicos.

Recebido em 09 de novembro de 2022.
Avaliador A: 10 de fevereiro de 2023.
Avaliador B: 28 de fevereiro de 2023.
Aceito em 14 de junho de 2023.



ABSTRACT

During the coronavirus syndemic, Christian congressmen, on social networks and in legislative tribunes, mobilized projects and preachings defending that temples remained open, even if this contributed to the worsening of the health crisis, resulting in more deaths. In this article we ask how actors in the evangelical religious field used the covid-19 pandemic to reconfigure the field of political power in Brazil through the legitimization of the services provided by their institutions within social life. We start introducing the idea that a Christian political-religious reactionarism is forming, within the neoliberal social-economic crisis, combining the idea of individual freedom (the freedom to move about, the freedom of opinion) with the imaginary of the “persecution of the Christian faith”, the “dictatorship of the judiciary” and the “communism” supposedly affecting the world and in Brazil. The ambivalent motto “Talk about Christ today so that you are not prevented from speaking about Him tomorrow”, feeds autoimmune cliques and libertarian actions based on the celebration of identity (Christian nation) and on the confusion of public with private morals. Based on a quantitative-qualitative methodology, we collected (legislative, digital and socio-religious) mobilization data from congressmen linked to different churches in the five Brazilian geopolitical regions.

Keywords: Syndemic, Liberal democracy, Evangelicals.

INTRODUÇÃO

A disputa presidencial de 2022 no Brasil foi precedida pela circulação de um imaginário¹ que relacionava as correntes políticas à esquerda com a defesa de pautas supostamente contrárias aos “valores cristãos” (legalização das drogas, “ideologia de gênero”, descriminalização do aborto, destruição da família, etc.). Um dos destaques socialmente reacionários tem sido a ideia de que os governos “fechariam igrejas”. A força dessa ideia, que antecedeu a campanha eleitoral de 2022 e levou candidatos aos mais diversos cargos a se mobilizar em torno do eleitorado cristão (“evangélico”), foi, no entanto, produzida durante a primeira onda de covid-19 no país. Dentro da temática deste dossiê, nos propusemos a analisar algumas configurações entre o religioso e o político durante a vigência das políticas de confinamento levadas a cabo no Brasil

¹ Nos baseamos nas ideias de Jacques Le Goff (1994, p. 16), para quem o imaginário é um emaranhado de “imagens coletivas, amassadas pelas adversidades da história, e que se formam, modificam-se, transformam-se. Exprimem-se em palavras e em temas”. O imaginário oscila entre o mito, os fatos históricos, o fantástico e o ideológico-político.

nos momentos mais críticos da *sindemia*² de covid-19 ainda em curso, entre 2020 e 2021, entendidas a partir da noção antropológica de “campo”³.

Nosso foco será a análise da mobilização – legislativa, digital e sociorreligiosa – de parlamentares ligados a diversas igrejas evangélicas que mobilizaram suas bases religioso-políticas para se contrapor às autoridades republicanas – Supremo Tribunal Federal, governos estaduais e municipais – em prol do imperativo “igrejas abertas”. Para constituir esse movimento, deram corpo ao imaginário de uma “perseguição à fé cristã”, expressa por meio de uma “ditadura do Judiciário”, reavivando o pânico do “comunismo” supostamente em curso no mundo e no Brasil e conferindo legitimidade à permanência e à atuação de agentes eclesiástico-religiosos na esfera da política representativa, expressa sobretudo no lema “Falar de Cristo, hoje, para não ser impedido de falar amanhã”⁴.

A questão central, pois, é a seguinte: como atores do campo religioso evangélico se utilizaram da pandemia de covid-19 para operar uma reconfiguração do campo do poder político no Brasil a partir da legitimação, via projetos de lei, dos serviços prestados por suas instituições na vida social?

Para responder à questão, trabalharemos com um conjunto de fontes e dados: projetos de lei apresentados nas Assembleias Legislativas estaduais, divididos por regiões, deputados evangélicos, partidos, igrejas e situação política (oposição ou governo). Complementaremos essa base de dados com a análise da mobilização em torno de tais projetos em suas redes sociais e a observação das mobilizações, em alguns casos, desses parlamentares e de suas igrejas em oposição a governadores oriundos do campo da esquerda. Desse imaginário – fantástico, histórico, fático, ideológico e mítico – se produz a representação da esquerda como “inimiga da fé” e “perseguidora dos cristãos” por ter “fechado igrejas”.

2 Toda doença, em especial as de alto impacto, como a covid-19, é uma entidade biopolítica, um emaranhado de genética, biologia, sociedade, política e economia. A destruição ambiental, acelerada no regime neoliberalismo, hegemônico no mundo e no Brasil, pôs vírus selvagens em contato com ambientes humanos (SINGER; CLAIR 2003). Eles entram nos fluxos financeiros, digitais e linguísticos e se transformam em *sindemias* avassaladoras.

3 Fazemos uso da definição que Pierre Bourdieu (1989) dá ao termo. Entende-se que, dentro do universo macrosocial existem espaços sociais (microcosmos) estruturados a partir das posições que os agentes sociais nele ocupam, aliando-se ou opondo-se em torno de um capital (entendido como um bem raro produzido e consumido no interior desse campo), com regras e desafios específicos (expressos por meio de interesses). Cada campo se configura como um espaço de lutas e de competição, produzindo modos de ver o mundo. No caso do campo religioso, pode-se falar de uma busca pela produção dos bens simbólicos de salvação, aquilo que conta para os fiéis como mensagens legítimas para sua orientação na vida (sobre isso, ver Bourdieu, 1989).

4 Várias foram as autoridades políticas e religiosas (como pastores, artistas e parlamentares) que fizeram uso dessa expressão, sobretudo duramente a pandemia e nas vésperas da eleição de 2022, com o intuito duplo de legitimar-se enquanto agentes de dois campos (o político e o religioso), fazendo crer-se, assim, que sua ação em tensionar a política pela religião tinha “razão de ser”; e de criar a ideia de que haveria um “perigo” à fé cristã, que exige uma atuação mais enfática desses atores. Até mesmo o então presidente Jair Bolsonaro dela fez uso para “exortar” seu eleitorado. Sobre isso, ver Pontes (2021).

Antes, tentaremos compreender a aproximação entre a extrema-direita e os evangélicos à luz da semântica da liberdade. Isso ajuda a entender a controvérsia em torno do serviço religioso como um serviço essencial e da ideia de perseguição às igrejas. Em seguida, interpretamos as disputas em torno da covid-19, que consideramos uma doença biopolítica. Em seguida, discutimos os projetos de lei e as mobilizações entre rede e altar.

EVANGÉLICOS, DIREITA POLÍTICA E ALIANÇA COM O BOLSONARISMO⁵

A relação entre movimentos de direita e extrema-direita e o mundo evangélico, em suas variadas configurações – protestantes, pentecostais, neopentecostais – não é nova (CAMURÇA; BRUM; SILVEIRA, 2021). Esses movimentos atravessam eleições pelo menos desde a Assembleia Constituinte de 1986 – que marca começo da bancada evangélica, ou das bancadas evangélicas, se considerarmos os governos estaduais e municipais –, produz mobilizações sociais e tem recrudescido entre 2018 e 2022 (KALIL, 2022; MARIANO; GERARDI, 2020; NICOLAU, 2018). Por ser uma relação – ou simbiose – complexa, possui alguns eixos articulatórios produzidos pelos dois campos – o da extrema-direita e o dos evangélicos – que tomam de empréstimo, entre si, signos e semânticas. Diante disso, dois signos são essenciais para entendermos a campanha pela abertura dos templos durante as medidas de isolamento para o combate à covid-19: o libertarismo reacionário e o enclave identitário.

O primeiro é a absolutização da ideia de liberdade individual combinada com a ideia de repor uma ordem que teria sido corrompida, ocupando instituições sociais e políticas. O segundo é a defesa de uma suposta identidade religiosa ambígua, irreduzível aos universais (“A Bíblia está acima da Constituição” e “Deus acima de todos/tudo”, por exemplo), mas, ao mesmo tempo, açambarcadora do horizonte de possibilidade do universal (“Nós somos a lei; o Brasil é nosso”). O particularismo moral e a visão desses grupos são defendidos, por eles próprios, como se fossem o destino de todos. O universal somos nós, dizem eles, e o que representamos (pátria, família e verdade). Segundo Mariano (2022, p. 220), “o ativismo político evangélico das cúpulas denominacionais e de sua bancada parlamentar tem [*sic*] como matrizes teológicas e políticas as correntes protestantes” fundamentalistas-*evangelicals* norte-americanas e a *Christian Right*,

⁵ O bolsonarismo é a expressão da atuação de Bolsonaro e seu entorno familiar e político. De 2017 a 2022, esse movimento socioreligioso conseguiu, por uma série de circunstâncias, amalgamar distintas direitas, das mais extremistas – neofascistas, apoiadoras contumazes da ditadura militar - às neoliberais e anarcocapitalistas.

ambas formadas, respectivamente, no começo e em meados do século XX (MARIANO, 2022). Esses movimentos passaram por insulamento e derramamento no espaço público, por meio da ocupação de espaços da sociedade civil e das casas legislativas, a partir das quais implantam suas pautas moralista-dogmáticas. O particularismo religioso desses grupos se traveste de horizonte universal. As pautas relativas às esquerdas – combate às desigualdades sociais e à destruição climática, justiça tributária, direitos das minorias (negros, indígenas, mulheres) – é desprezada, rejeitada, vista como ameaça a ser eliminada, pois encarnariam, segundo esse imaginário mítico-fantástico, uma “ditadura comunista, globalista, feminista-gayzista”.

Os postulados centrais dessas correntes religiosas de extrema-direita são sobejamente conhecidos, embora, segundo estudos etnográficos, possam assumir encarnações culturais específicas, conforme os contextos estadunidense e brasileiro. Nesses contextos emergem variantes regionais e interseccionalidades entre essa dogmática ideológica e aspectos como raça, classe e gênero. Dos pontos mais analisados pela literatura pertinente – inerrância da Sagrada Escritura (Antigo e Novo Testamento), rejeição da teologia liberal e do evangelho social, crítica histórica da Bíblia, humanismo secular e secularismo, aborto, homossexualidade, feminismo, educação sexual, guerra espiritual e teologia da prosperidade –, as pouco abordadas, ao menos no Brasil, são a defesa de armas, o libertarismo de direita (as únicas realidades são o indivíduo, no máximo sua família, e sua liberdade). Nesse mesmo cenário, mostraram-se em alta no discurso bolsonarista, entendido aqui tanto como religião, como movimento político. O ponto de virada no mundo evangélico estadunidense ocorreu nos anos 1970, quando os fundamentalistas e os *evangelicals* sobrepujaram “as vertentes liberais e ecumênicas e formaram a *Christian Right*, movimento político-religioso radical que também acolheu católicos e mórmons conservadores” (MARIANO, 2022, p. 221).

No Brasil, os caminhos trilhados foram parecidos. Aqui, essas correntes evangélicas de direita, minoritárias e sectárias, apoiaram a ditadura de 1964, o movimento pró-golpe e pró-*impeachment* de 2015-2016, a ascensão de Bolsonaro em 2018, as campanhas de desinformação e a pós-verdade em 2022. Durante a sindemia de covid-19, ficou evidente o discurso da liberdade contra a suposta “ditadura comunista”, que iria fechar os templos, impor normas e matar a liberdade. Essa religião reacionária-política mobiliza a ideia de democracia como vontade da maioria contra a da República enquanto governo laico, universal. Na organização da democracia representativa – como campo de disputas e divergências e de sublimação das violências e conflitos de classe, étnicos e sociais –, cabe às instituições republicanas, como o STF, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Constituição, as liturgias dos cargos. Pode-se dizer que essa religião configura maioria no mundo cristão brasileiro, primeiro, porque o cristianismo é predominante, segundo, por conta de um feixe de movimentos de cunho sociocultural e socioeconômico, a rigor, o aprofundamento da crise do capitalismo neoliberal-global e a ascensão das plataformas digitais.

O bolsonarismo pode ser entendido como uma expressão religioso-política, participante do arco das religiões reacionário-libertárias. Por outro lado, há um movimento de extrema-direita que retoma símbolos ligados ao Antigo Testamento, filosemitismo (“judaização”) concomitante ao discurso de guerra espiritual, teologia do domínio e de teologia da prosperidade, que formam as bases do imaginário de um amplo conjunto de denominações evangélicas de estilo pentecostal e neopentecostal.

O reacionarismo religioso-político alimenta a atuação dos parlamentares evangélicos, mistura fascismo subjetivo e libertarismo político. Para dentro das comunidades de fé virtuais, impermeáveis a críticas externas, reprimem-se as divergências e o pensamento livre. Para fora, é pregada a liberdade individual em face das instituições republicanas que normatizam a democracia. A liberdade de ir e vir dos templos e das opiniões, de se ajuntar e respirar em um ambiente fechado, ainda que os efeitos fossem os piores possíveis (como o maior espalhamento do vírus, contaminação e, conseqüentemente, mais mortos), suplantava, na ideologia cristã-bolsonarista, outros princípios constitucionais, como o da segurança/saúde coletivo-social. Por outro lado, não se tratou de puro negacionismo duro – negar a realidade da doença mortal causada pela covid-19 –, mas da construção de um emaranhado fantástico-ideológico-político: emular a pesquisa científica, enaltecer remédios sem eficácia (cloroquina, ivermectina); exaltar a ideia de natureza (defesa da imunidade de rebanho); reprimir dissidência/pluralismo interno; acalantar horizonte fatalista (“Todo mundo vai morrer mesmo”); e celebrar a liberdade individual (“direito” de não usar máscara, não tomar vacina e prescrever ou receber receitas médicas livremente).

Lideranças da Assembleia de Deus, a maior igreja pentecostal do Brasil, com dezenas de milhões de seguidores, milhares de pastores e imensa capilaridade, se posicionaram contra o fechamento provisório de templos para controlar a sindemia de covid-19. Suas lideranças mais estridentes, como o pastor Silas Malafaia, foram seguidas por dezenas de deputados e auxiliadas por centenas de pastores que vociferaram nas mídias sociais, nos púlpitos eclesiais e nas tribunas legislativas pela liberdade contra supostas ditaduras (a do comunismo, a do Judiciário e a das esquerdas), que seriam autoritárias.

A defesa da liberdade absoluta, feita por pastores, políticos e seguidores bolsonaristas não está afinada com o fascismo político que escolhe o Estado como centro ordenador e impositor da realidade social. Ao contrário, o discurso é contra uma suposta “ditadura do STF” ou do “comunismo”. A destruição dos controles republicanos em nome da liberdade prepara o advento da anomia social, ou seja, da emergência do conflito descentralizado, o faroeste, e não o da concentração de poder central-vertical, autoritário e único (SENA DA SILVEIRA, 2022). Por um crescimento exagerado, esses movimentos desequilibram o organismo social, levando-o à barbárie.

A inflamação do arbítrio individual, por um lado, e o avanço de comunidades autoimunes, por outro, permitem a permanência dessas intervenções político-religiosas reacionárias no âmbito legislativo. Nesses úteros ideológico-políticos e fantásticos versões paralelas da realidade social cotidiana e social são cultivadas (SILVA; SILVEIRA, 2020). Por outro lado, esses movimentos constituíram máquinas de desinformação – como o “gabinete do ódio” – que mantém as comunidades açuladas, produzem confrontos com as instituições republicanas e esticam ao limite as tensões com a finalidade de desacreditá-las e deslegitimá-las (SILVEIRA, COSTA, 2021). Essas máquinas discursivo-práticas são ambíguas, falam para públicos distintos e mantêm contradições e ambivalências continuamente. Para comunidades religiosas-políticas insufladas e mantidas por grupos em plataformas digitais (*WhatsApp* e *Telegram*) se fala de liberdade, mantêm-se teorias conspiratórias, em especial, contra urnas, esquerdas, minorias (LGBTQIA+, negros, indígenas) e parcelas do catolicismo e das igrejas evangélicas ligadas à luta por justiça e igualdade social, ambiental e de gênero.

Quando os poderes republicanos aplicam a lei (uma multa, um processo e um ofício às redes sociais para reter contas e perfis), esses grupos reagem, recuam, pedem desculpas, mas questionam também a legítima reação institucional por meio da categoria “perseguição”, da “ditadura”, culpando o “sistema” que dominaria a grande imprensa, os tribunais superiores, o *establishment* cultural e social. Encarnam a posição de maioria e de universais (“Somos uma nação cristã”), mas, ao mesmo tempo, jogam com o papel de minorias supostamente perseguidas e oprimidas por poderes autoritários e arbitrários (segundo sua distorção semântica), representados como braços “comunistas”, “globalistas” e opressores das liberdades. Sempre estão à caça de espantalhos, inimigos, figuras das quais dependem para manter essa posição ambivalente, que, se massiva, provoca anomia e caos social.

A governamentalidade reacionário-religiosa impõe o horizonte de atuação parlamentar que analisaremos e se nutre de um fascismo subjetivo-comportamental, mas, por outro lado, se baseia na noção de democracia populista (a vontade de ferro da maioria sobre as minorias), na ideia da desregulação estatal absoluta e no desmanche das instituições republicanas. Essa governamentalidade resulta, em grande parte, da crise do capitalismo financeiro-neoliberal descontrolado, desde sua ascensão, nos anos 1970, que produziu as novas tecnologias digitais e seus algoritmos, acelerou, sem controle, fluxos de capital, migrações, trabalho e linguagens (inflação do signo, desreferencialização absoluta, e encolhimento da capacidade de interpretação ou deflação semântica), aumentou o abismo entre pobres e ricos, a atomização social e o trabalho precarizado, por um lado, e o comunitarismo fechado, por outro; fez recuar o Estado e suas políticas de bem-estar social para aumentar a acumulação de capital, fazê-lo girar, apropriando-se, sem repartir, do valor produzido pelo trabalho coletivo (GHIRALDELLI, 2022).

Essas transformações enfraqueceram a sociedade civil e grupos sociais organizados

(sindicatos, partidos, escolas, universidades, associações científicas e civis), que promoviam uma importante sociabilidade republicana, enriquecendo o espaço público com a racionalidade democrática e a luta por direitos sociais. Com a desorganização e o vácuo produzidos pelo aumento das fraturas sociais, cresceram as asfixiantes ambientes digitais, os cultos religiosos organizados, os grupos familiares, as milícias e os grupamentos identitários. Essas formas trazem a sensação de comunidade e de reposição de referências valorativas, mas podem representar a perda do engajamento social amplo, a deriva para o gueto ou a gangue, a ausência de consciência republicana e o colapso das fronteiras entre coisa pública e morais privadas. A destruição do que se entendia como os limites entre o espaço privado e o público, na esteira da crise do capitalismo neoliberal-financeiro-global, piorou o cenário. *Fake news* absurdas se multiplicaram, enquanto discussões centrais, como a superação das desigualdades sociais, o desemprego e o emprego precário, a fome e a miséria passam para o último plano. A ampliação e a invenção de novos direitos para minorias, o combate à destruição do meio-ambiente e a criação da renda mínima universal conjugada com políticas sociais públicas são abafadas em detrimento de pautas moralistas restritas. A extrema-direita político-cristã-evangélica toma a noção de liberdade e de democracia, mas contrabandeia temas da esfera privada para a República como se fossem públicos e universais.

COVID-19: AMEAÇA À LIBERDADE DE CRENÇA⁶?

Um dos temas mais candentes da sociedade é a colisão entre direitos fundamentais, tais como a liberdade de expressão, a liberdade de ir e vir e a defesa da saúde pública. Os princípios republicanos, enfeixados pela Constituição – e emblema do horizonte de um universal –, formatam a democracia, regulam o convívio social, são equivalentes, interdependentes e, às vezes, conflitantes. A emergência sanitária, social, econômica e política causada pela disseminação do novo coronavírus, por exemplo, pôs em evidência conflitos que se moviam mais ou menos explicitamente nas sociedades, em especial os princípios republicanos aludidos.

Os embates que opõem, de um lado, o cristianismo reacionário com sua ideia peculiar de liberdade e, por outro, as forças políticas (centro/esquerdas) que defendem o primado do coletivo e da saúde pública, não podem ser entendidos dentro da antiga dicotomia biologia/natureza

⁶ A liberdade religiosa e de crença é uma das mais antigas liberdades modernas, nascida do confronto entre reis, repúblicas, movimentos heréticos, igrejas cristãs e fiéis. Não nos aprofundaremos em sua história, mas consideramos seu ponto de partida os conflitos anteriores e posteriores à Reforma Protestante no século XVI.

versus cultura/sociedade (oposição antagônica). Entendemos o vírus como uma entidade política e social. Com a deterioração das instituições republicanas, provocadas extrema-direita que ganhou as eleições presidenciais de 2018, a mortandade sindêmica atinge mais as camadas pobres, negras/pardas e indígenas: as classes sociais desassistidas pelas políticas estatais.

Ghiraldelli (2020) cunhou uma poderosa metáfora, o “bolsovírus”, uma fusão entre o SARS-CoV-2 e o então presidente brasileiro Jair Bolsonaro. Semelhanças estruturais entre o bolsonarismo e a sindemia permitiram um perverso casamento: uma quase vida, rele filamentoso de RNA, encontrou no capitão punido por ser um mau militar – segundo os padrões da ditadura (1964-1985), a forma de realizar seu “destino”: expandir, parasitar e matar organismos vivos (SENA DA SILVEIRA, 2022). Por outro lado, pode-se dizer que há um nexo entre a covid-19 e o neoliberalismo (SAAD-FILHO, 2020). Por sua vez, o presidente encontrou no vírus a realização de sua biopolítica eugenista-neoliberal: purificar a nação – “Deus acima de todos, Brasil acima de tudo”, lema da campanha eleitoral constantemente retomado –, fazer emergir os “fortes” (livres) e deixar morrer os “fracos” (velhos, pobres, negros e índios)⁷.

A atuação dos parlamentares cristãos e do presidente Bolsonaro e seu entorno confirmam a visão natural-fatalista de saúde-doença, herdada do século XIX, levada ao auge pelo regime nazifascista de Hitler e acomodada ao regime neoliberal-financeiro: o pouco combate à sindemia se deve às intervenções do STF, que autonomia a prefeitos e governadores para impor medidas sanitário-econômico-sociais e dispor de vacinas e vacinação; à atuação desesperada de organizações civis e sociais junto à sociedade em geral/comunidades/favelas e a fraca atuação do Congresso Nacional, ao aumentar o valor do auxílio-emergencial e aprovar medidas econômicas mínimas e insuficientes, enviadas pelo Ministério da Economia.

Desde o início da grave crise sindêmica causada pelo novo coronavírus, correntes cristãs e o bolsonarismo – enquanto religião política – se posicionaram em público, minimizando e desprezando medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pediram o fim da quarentena, promoveram remédios sem comprovação científica, demitiram dois ministros (Luiz Mandetta e Nelson Teich) e promoveram um general (Eduardo Pazuello) ao Ministério da Saúde. Fundidos em um amálgama, lideranças evangélicas e católicas reticentes ou abertamente contrárias às medidas sanitárias-socioeconômicas se reuniram, dificultaram repasses de verbas públicas ao combate à sindemia, militaram contra vacinas ou as minimizaram, tentaram vetar o uso de máscaras por decreto em presídios, comércio e igrejas (CARVALHO, 2020), promoveram a ideia de imunidade natural e fizeram aglomerações em espaços públicos e religiosos.

Diante disso, é preciso trazer como hipótese uma mistura letal entre quatro práticas/ideias

⁷ Segundo estudo da Faculdade de medicina da UFMG, de novembro de 2020, morrem mais negros que brancos. Disponível em: < <https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/>.> Acesso em: 23 out. 2022.

que vão ao auge no governo bolsonarista: a “imunidade de rebanho” – ligada à ideia de expor a população a um vírus e, com o tempo, apesar das mortes, apostar na imunidade, naturalmente; a visão eugenista de purificar a nação (vida abstrata da pátria cristã promovida e “fracos” deixados à própria sorte, pois essa é a suposta ordem natural);⁸ a autonomia absoluta do indivíduo e sua (falsa) liberdade para afrontar medidas restritivas – como o uso de máscaras, a necessidade da vacina – e o neoliberalismo em andamento desde os anos 1990 (GHIRALDELLI, 2020, 2022; SENA DA SILVEIRA, 2022).

Em meio ao cenário caótico, algumas lideranças religiosas – católicas, evangélicas e espíritas – se alinharam ao presidente Jair Bolsonaro, sobretudo quanto à interrupção dos serviços e ao fechamento dos templos como colaborações para as medidas restritivas, exaltação da cloroquina como remédio e ao falso argumento econômico “Se fechar a economia, será pior” (BANDEIRA; CARRANZA, 2020). Em diversas ocasiões, elites pastorais e elites parlamentares – evangélicas e católicas – defenderam publicamente o fim ou o relaxamento de medidas restritivas, em especial as que limitavam a frequência a cultos e serviços religiosos (SILVA; SILVEIRA, 2020).

Em preleções pastorais, lideranças religiosas criaram um cenário de otimismo em relação ao Governo Federal, sobretudo a partir da ideia de que o Brasil estaria se tornando mais cristão e que o presidente Jair Bolsonaro seria um escolhido de Deus para presidir a nação (BANDEIRA; CARRANZA, 2020). Os argumentos usados para contestar as medidas restritivas foram o princípio da liberdade religiosa/liberdade de expressão, colocado como um absoluto, universal, fazendo valer a ideia de que, diante de uma grave emergência de saúde pública, a divulgação de anúncios de curas ou promessas de imunização contra o vírus, as igrejas seriam “serviço essencial” (tarefa espiritual e assistencial). Nesse contexto, a sindemia provocou confrontos entre a União e estados/municípios.

Em 26 de fevereiro de 2020 seria confirmado o primeiro caso de covid-19 no Brasil. Mostrando uma certa despreocupação, depois acompanhada por uma gestão temerária da sindemia, o então presidente fez circular em redes sociais a convocação para uma manifestação de apoio ao seu governo com uma série de críticas ao Congresso e ao Supremo Tribunal Federal, mostrando-os como empecilhos à sua gestão, e com um desiderato por seu desaparecimento. Apresentando um “presidente cristão, patriota, capaz, justo e incorruptível”, o vídeo convocava os manifestantes para resgatar o “poder do povo”. Um segundo vídeo, que passou a circular

8 Ficou famosa a infame declaração da assessora do ministro da Economia, Paulo Guedes, Solange Vieira, em maio de 2020: “É bom que as mortes se concentrem entre os idosos... Isso melhorará nosso desempenho econômico”. A declaração foi dada em 26 de maio de 2020, quando o Brasil somava 23 mil mortes pelo coronavírus. Ela não foi demitida; seguiu no governo. Disponível em: <https://www.fenae.org.br/portal/fenae-portal/noticias/assessora-de-guedes-acha-que-morte-de-idosos-por-coronavirus-e-bom-para-reforma-da-previdencia-8A19A304729E25E30172AB2DF2726EDB-00.htm>. Acesso em: 23 out. 2022.

no mesmo dia, fazia menção ao presidente como alguém que fora sacrificado pelos brasileiros, pelo bem da nação:

Ele foi chamado a lutar por nós. Ele comprou a briga por nós. Ele desafiou os poderosos por nós. Ele quase morreu por nós. Ele está enfrentando a esquerda corrupta e sanguinária por nós. Ele sofre calúnias e mentiras por fazer o melhor para nós. Ele é a nossa única esperança de dias cada vez melhores. Ele precisa de nosso apoio nas ruas. Dia 15.3 vamos mostrar a força da família brasileira. Vamos mostrar que apoiamos Bolsonaro e rejeitamos os inimigos do Brasil. Somos sim capazes, e temos um presidente trabalhador, incansável, cristão, patriota, capaz, justo, incorruptível. Dia 15/03, todos nas ruas apoiando Bolsonaro (BOLSONARO MANDOU..., 2020).

A repercussão dos vídeos, com fortes ataques às outras instituições de poder (que naquele momento, impunham entraves às medidas autoritárias do Governo Federal e aos discursos provocativos de Bolsonaro e seus apoiadores contra as instituições republicanas⁹), foi acompanhada, naquele dia, de declarações contrárias feitas por lideranças políticas, ministros do STF e setores da imprensa brasileira. Em 21 de março, durante entrevista ao apresentador Carlos Massa (conhecido como Ratinho), em seu programa transmitido pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), Jair Bolsonaro se mostraria indignado com atitudes “absurdas” de governadores:

O quê que eu vejo no Brasil, aqui. Não são todos, mas muita gente. Para dar uma satisfação para o seu eleitorado, toma providências absurdas. Como eu te falei agora há pouco. Fechando shopping. Tem gente que quer fechar igrejas, o último refúgio das pessoas. Lógico que o pastor vai saber conduzir lá o seu culto. Ele vai ter consciência, o pastor, o padre, se a igreja está muito cheia, falar alguma coisa, ele vai decidir lá. (OHANA, 2020).

Buscando responder às demandas de autoridades religiosas evangélicas pela manutenção do funcionamento dos templos e igrejas, o presidente Bolsonaro incluiu-as entre as atividades consideradas essenciais em um decreto assinado em 26 de março, sinalizando o apoio irrestrito de seu governo às demandas do segmento. Templos e igrejas poderiam continuar funcionando durante o período de restrição de circulação durante a pandemia.

A atitude do presidente, contudo, daria início a uma batalha judicial em torno da resposta quanto à responsabilidade sobre as decisões em torno do que poderia ou não ser considerado atividade essencial. A luta começaria com a decisão, em 31 de março, do juiz federal Manoel Pedro Martins, da 6ª vara de Brasília, que ordenou que o presidente adotasse medidas para “impedir que atividades religiosas de qualquer natureza permaneçam incluídas no rol de atividades e

⁹ Fato que seria ainda mais acionado durante os meses seguintes, quando o presidente se aproveitou da pandemia para dobrar sua aposta na tentativa de golpe, conforme analisa Nobre (2020).

serviços essenciais para fins de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus” (JUIZ MANDA..., 2020). O movimento final da luta se daria com a decisão do STF, em 15 de abril, no sentido de que caberia aos governadores e prefeitos decretar o isolamento social em tempos de *sindemia*, incluindo ou retirando atividades da lista de serviços essenciais (BRÍGIDO, 2020). Apesar da derrota judicial, iria Jair Bolsonaro se legitimar como defensor da agenda cristã, a favor da “abertura dos templos”, enquanto os governadores e prefeitos se deslegitimariam como aqueles que impediam o funcionamento das igrejas, os responsáveis por “fechar igrejas”, se inscrevendo na narrativa de legitimação de Bolsonaro diante do segmento.

Era 2 de abril. O presidente convocaria a nação brasileira para um “dia de jejum e oração”, a ser feito no domingo, 5 de abril, data em que se celebraria o Domingo de Ramos. Apesar de ignorado pelo catolicismo, pois os domingos não são dias reservados para o jejum, o ato foi prontamente recepcionado e legitimado pelas hostes evangélicas, sendo reproduzido em diversas redes sociais, além de celebrado como um compromisso do presidente para com “os cristãos”.

Ao lançar a responsabilidade da “libertação” do mal que era o vírus no país aos cristãos que aceitassem seu convite ao jejum, mecanismo sacralizado no campo religioso como operador de mudanças mágicas no curso das coisas, o presidente se legitimava frente ao segmento por valorizar uma de suas práticas (o jejum) e por confiar-lhes o milagre da libertação, aumentando a legitimação dos cristãos no interior da sociedade brasileira. Operar, à frente de todos, a expulsão do vírus por meio da prática do jejum era, pois, como que um desafio à cristandade. Abaixo, trazemos o exemplo de um *card* utilizado para a divulgação do ato:

Imagem 1. Convocação ao jejum nacional



Fonte: O Globo (2020)¹⁰.

Além da centralidade da imagem de Bolsonaro, é possível observar que o convite se destinava, diretamente, aos “líderes evangélicos”. Entre as razões, há uma mais especial: o dia 5 era o Domingo de Ramos, exatamente uma das datas em que a Igreja Católica não recomenda a prática do jejum. A destinação aos evangélicos pode ser observada, ainda, pela publicação de vídeos nas redes sociais. Apareciam as seguintes lideranças:

Edir Macedo, Marco Feliciano, Silas Malafaia, Missionário R. R. Soares; pastor André Valadão; pastor Rene Toledo; pastor Silas Câmara; pastor sênior Lourival de Almeida, cantora Débora Miranda; bispo Abner Ferreira; pastor Juanribe Pagliarin; pastor Abe Huber; pastor Mário de Oliveira; pastor Jorge Linhares; pastor José Wellington Junior; apóstolo Renê Terra Nova; pastor Roberto de Lucena; apóstolo Renê Terra Nova; bispo Samuel Ferreira; bispo Robson Rodovalho; apóstolo Valdemiro Santiago; pastor Hernandez Dias Lopes; apóstolo Luiz Hermínio; pastor Abílio Santana; reverendo pastor Roberto Brasileiro Silva; pastora Ezenete Rodrigues; pastor Márcio Valadão; pastor Guilherme Batista; pastor Valdomiro Pereira; pastor Humberto Schimitt Vieira; apóstolo Agenor Duque; bispa Ingrid Duque; pastor André Hernandez; apóstolo Estevam Fernandes e pastor Samuel Câmara.

Com a *hashtag* “#jejum pelo Brasil”, o vídeo dizia, entre outras coisas:

Os maiores líderes evangélicos desse país atenderam à proclamação santa feita pelo chefe supremo da nação, o presidente Jair Messias Bolsonaro e convocam o exército de cristo para a maior campanha de jejum e oração já vista na história do Brasil [...] Domingo, 5 de abril, a igreja de cristo na terra irá clamar e o inferno irá explodir. Participe, repasse esse vídeo mobilize a sua igreja; e deixa um trecho de Crônicas 2, versículo 7: 13-14; “E se o meu povo que chama pelo meu nome se humilhar, e orar, e buscar a minha face e se converter dos seus maus caminhos, então eu ouvirei dos céus e perdoarei os seus pecados e sararei a sua terra”. (BOLSONARO CONVOCA..., 2020)

No dia do jejum, diversos grupos foram ao entorno do Palácio do Planalto para orar. O presidente esteve, por um momento, presente em um dos momentos de prece, tendo recebido oração de um grupo de fiéis, ouvindo um pastor profetizar que não haveria “mais morte pelo coronavírus no Brasil” a partir de então¹¹.

Chegado o Domingo da Páscoa, dia 12 de abril, o Planalto programou uma reunião virtual, intitulada “Celebração da Páscoa”, entre Bolsonaro e lideranças religiosas evangélicas, como Marco Feliciano (Assembleia de Deus Avivamento), o bispo Robson Rodovalho (Igreja Sara Nossa Terra), Josué Valandro (Igreja Batista Atitude), JB Carvalho (Comunidade das

¹⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/apos-bolsonaro-pedir-jejum-contra-coronavirus-evangelicos-convocam-fieis-1-24349254>. Acesso em: 31 mar. 2023.

¹¹ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/politica/2020-04-05/bolsonaro-participa-de-roda-de-oracao-e-expo-novamente-conflitos-com-membros-de-seu-governo.html>. Acesso em: 31 mar. 2023.

Nações), André Valadão (Lagoinha Orlando Church), Silas Malafaia (Assembleia de Deus Vitória em Cristo), o rabino Leib Rojtemebreg e o padre Reginaldo Manzotti (Igreja Católica). Pela manhã, antes do encontro, o presidente postaria a seguinte imagem no Twitter:

Figura 2: Bolsonaro no Planalto



Fonte: Facebook Jair Bolsonaro (2020).

Naquele dia, o país acumulava mais de 22 mil casos confirmados de covid-19 e mais de 1.200 mortes¹². Apesar disso, o clima do encontro era de alegria e otimismo com o fim da sindemia, clima que pode ser resumido pela declaração (ou seria profecia?) de Bolsonaro: “Parece que está começando a ir embora a questão do vírus” (CURY; LELLIS, 2020).

PROJETOS DE LEI EM TORNO DA “IGREJA ESSENCIAL”

Listamos, aqui, os projetos de lei que foram identificados em nossa pesquisa como propostos por deputados estaduais durante os seis primeiros meses de sindemia no Brasil, entre março e agosto de 2020, considerado o primeiro período mais crítico em número de infectados e mortos (o segundo seria compreendido entre janeiro e junho de 2021). Elaboramos, a partir dos dados encontrados, quadros explicativos dos projetos para cada uma das cinco regiões do país, destacando o estado, o nome do/a parlamentar, seu partido (à época da proposição do projeto), a posição ocupada na Assembleia Legislativa (situação ou oposição), o nome do/a governador/a

¹² Tanto a imagem compartilhada como o discurso proferido por Bolsonaro foram analisadas por PY (2020).

e seu partido, além da ementa do projeto apresentado¹³.

Após a produção e a explicitação desses quadros por região, analisaremos algumas postagens feitas em redes sociais por alguns dos parlamentares autores de tais projetos que nos pareceram ilustrativas dos enfrentamentos político-religiosos das medidas de confinamento social levadas a cabo por prefeitos e governadores; a escolha das postagens, nos limites deste artigo, se deveu à compreensão, de nossa parte, de que representavam melhor esse enfrentamento. Com esses quadros, traçamos uma geopolítica da mobilização religiosa-política desses atores em torno da ideia de “essencialidade” das práticas religiosas e de como isso evoluiu para a essencialidade de suas crenças, ao fim e ao cabo.

Iniciemos pela região Nordeste, onde todos os governadores em exercício no período analisado eram de esquerda ou de centro (PT, PCdoB, PSB, MDB e PSD) e, portanto, de oposição ao presidente Jair Bolsonaro (e alvos de parlamentares ligados às denominações religiosas mais diversas). A maioria dos autores desses projetos era evangélica (da Assembleia de Deus ou da Universal) e filiada a partidos da base de sustentação política de Bolsonaro no Congresso Nacional (PL, Republicanos, Patriota, PROS, PSC, PTB e PSDB). Tais projetos serviram de oportunidade para estreitar a relação com o presidente e a relação de oposição aos governadores e alguns católicos. Na região foram identificados 18 projetos de lei que buscavam tornar “essenciais” os serviços prestados por “igrejas e templos de qualquer culto”¹⁴, o que daria uma média de dois projetos por estado; há, contudo, estados em que se apresentou mais de um projeto¹⁵, como o Ceará, que teve cinco projetos apresentados na Assembleia Legislativa.

Importa notar as ações interpeladas a partir dos verbos utilizados para indicar o que viria a acontecer com a aprovação dos projetos, que podemos dividir em dois grupos: ações que pareciam partir do Estado para as igrejas e a sociedade, visando uma ação ativa da parte daquele para produzir a distinção do “serviço” que se prestava em igrejas e templos (“estabelece como atividade essencial”, “estabelece as igrejas e os templos”, “torna as igrejas e os templos”, “considera a essencialidade”, “define a atividade religiosa”); um segundo grupo

13 Financiada pela Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (Funcap), com o trabalho do estudante de graduação Renan Cairo. Tudo isso foi possível a partir da base de dados constante no site das Casas Legislativas, durante uma pesquisa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Ceará, no ano de 2020, que tinha como um dos objetivos compreender a atuação parlamentar de evangélicos e católicos.

14 Essa expressão, que será repetida em quase todos os projetos, em nível nacional, mostra, pelo menos, duas coisas: primeiro, a centralidade do cristianismo frente aos outros cultos que poderiam vir a ser beneficiados caso os projetos viessem a ser aprovados (o termo “igrejas” aparecendo antes de “templos”, acionando o imaginário social que liga o termo aos cristianismo – “igrejas” quase que coincidindo com o seu qualificativo complementar “cristãs”); segundo, mostra uma unidade de ação parlamentar pelos estados, numa ação concatenada para tornar, “em todos os cantos do país”, a fé cristã como “essencial”.

15 Parece haver uma certa competição entre os parlamentares em torno da ideia de “defensor das igrejas” do autor do projeto a ser sancionado pelo governador.

sugeria uma ação mais passiva de parte do Estado, sugerindo o “reconhecimento” de algo já vivido como experiência social no Brasil (“dispõe sobre a essencialidade”, “fica reconhecida a essencialidade”)¹⁶. Vejamos no quadro abaixo¹⁷:

Quadro 1. Nordeste – 2020-2021¹⁸

UF	Autoria	Partido	Igreja	Posição	Governador/ Partido	Ementa do Projeto
CE	Dra. Silvana	PL	AD	Oposição	Camilo Santana (PT)	Estabelece como atividade essencial atividade religiosa em igrejas de qualquer crença ou denominação em períodos de calamidade pública no estado do Ceará.
CE	David Durand	Republicanos	IURD	Oposição	Camilo Santana (PT)	Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como atividade essencial no estado do Ceará.
CE	Fernanda Pessoa	PSDB	Icar	Oposição	Camilo Santana (PT) Camilo Santana/PT	Dispõe sobre a realização de missas e cultos campais durante o período da covid-19.
CE	Tony Brito	PROS	Icar	Oposição	Camilo Santana (PT) Camilo Santana/PT	Torna as igrejas e os templos de qualquer religião como atividade essencial no Estado do Ceará.

16 Fazemos referência ao trabalho de Pierre Bourdieu (2014), que reflete, a partir da linguística, sobre os modos que possibilitam “fazer coisas com palavras”, sobretudo por meio dos “ritos de instituição” levados a cabo pelo Estado. Para o sociólogo francês, a ação por excelência do Estado, por meio do “monopólio da violência simbólica legítima” é produzir ações incitando a “crença” em suas práticas, como se correspondessem à “natureza das coisas” e fossem levadas a cabo por um ente “neutro”, sem “interesses”, escamoteando mesmo as lutas entre os atores sociais em torno daquilo que será imposto ao conjunto da sociedade por seu intermédio, assumindo o *status* de legítimo e legal. A “comunicação” que o Estado faz daquilo que deve ser considerado legal e legítimo (essencialidade das igrejas, reconhecidas ou estabelecidas) exige investigação mais atenta das ciências sociais.

17 Levamos em consideração a explícita assunção da identidade religiosa. Deixamos de fora, em notas de rodapé, projetos e parlamentares que, embora religiosos, não colocaram sua exata filiação religiosa.

18 Siglas: IURD – Igreja Universal do Reino de Deus; AD – Assembleias de Deus; Icar – Igreja Católica Apostólica Romana. Os deputados que apresentaram propostas similares, mas cuja identidade religiosa não identificamos, são: Maria D. Lima (PL/MA), oposição à Flávio Dino (PCdoB/MA); Doutor Samuel (Cidadania/SE), oposição a Belivaldo Chagas (PSD/SE); Albert Dickson (PROS/RN), oposição à Fatima Bezerra (PT/RN); Silvio Camelo (PV/AL), oposição a Renan Filho (MDB/AL); Walber Ferreira (Patriota/PB), oposição à João Azevedo (PSB/PB)

PI	Gessivaldo Isaias	Republicanos	Iurd	Oposição	Wellington Dias (PT)	Fica reconhecida a essencialidade das atividades religiosas realizadas nos templos e fora deles, em qualquer tempo, no âmbito do estado do Piauí.
MA	Mical Silva Damasceno	PTB	AD	Oposição	Flávio Dino (PCdoB)	Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como atividade essencial em períodos de calamidade pública no Maranhão.
PB	João Bosco Carneiro	Republicanos	Iurd	Oposição	João Azevedo (PSB)	Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como atividade essencial em períodos de calamidade de saúde pública no estado da Paraíba.
AL	Dudu Ronalsa	PSDB	Icar	Oposição	Renan Filho (MDB)	Considera as atividades religiosas essenciais ao atendimento das necessidades da comunidade em circunstâncias que justifiquem a decretação de estado de emergência ou calamidade.
SE	Gilmar Carvalho	PSC	AD	Oposição	Belivaldo Chagas (PSD)	Reconhece a atividade religiosa como essencial à população do estado de Sergipe em períodos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais e dá providências correlatas.
BA	Alex da Piatã	PSD	Batista	Situação	Rui Costa (PT)	Reconhece a atividade religiosa como essencial para a população do estado da Bahia em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas, epidemias, sindemias ou catástrofes naturais.
BA	Jurailton Santos	Republicanos	Iurd	Situação	Rui Costa (PT)	Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como atividade essencial em períodos de calamidade pública no estado da Bahia.

BA	Samuel Junior	PDT	Icar	Situação	Rui Costa (PT)	Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como atividade essencial em períodos de calamidade pública no estado da Bahia.
PE	Pastor Collins	PSC	AD	Oposição	Paulo Câmara (PSB)	Define as atividades religiosas como atividades essenciais durante a vigência de situação de calamidade pública, decorrente de emergência sanitária ou catástrofe natural.

Fonte: Elaboração própria (2023).

A segunda região a ser apresentada é a região Norte, cujos estados eram, em sua maioria, governados por apoiadores de Jair Bolsonaro (com exceção de dois estados, governados pelo PDT e pelo MDB), onde os deputados que apresentaram os projetos faziam parte da base aliada do governador em questão (mesmo nos casos do Amapá – onde o projeto aprovado foi de autoria do próprio Executivo – e do Pará). Ao todo 13 projetos foram apresentados por deputados de partidos de direita e apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (Republicanos, PSC, PL, PTB, PRB e PTC). Os textos continham as mesmas justificativas e objetivos que aqueles apresentados na região Nordeste (uma vez que foram apresentados ao mesmo tempo, com exceção do Amazonas, onde o projeto foi aprovado e sancionado ainda em abril de 2020, no momento em que o presidente tensionava os governos locais com a inclusão das igrejas – e somente elas – na lista de serviços essenciais).

Quadro 2. Região Norte – 2020-2021¹⁹

UF	Autoria	Partido	Igreja	Posição	Governador/ Partido	Ementa do projeto
AC	Juliana Rodrigues	PRB	Iurd	Situação	Gladson de Lima (PP)	Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como locais de atividade essencial em períodos de calamidade.

¹⁹ Martinho Carmona (MDB/PA), situação com Helder Barbalho (MDB/PA); Jânio Xingu (PSB/RR) e Renato Silva (PROS/RR), ambos situação com Antonio Denarium (PSL); e Laerte Gomes (PSDB/RO), situação com Coronel Marcos Rocha (PSL/RO).

AP	Pastor Oliveira Santos	Republicanos	Iurd	Situação	Waldez Goes (PDT)	Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como locais de atividade essencial em períodos de calamidade pública no estado do Amapá.
RO	Alex Silva	PRB	Iurd	Situação	Coronel Marcos Rocha (PSL)	Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como locais de atividade essencial em períodos de calamidade pública no estado de Rondônia.
RO	Jair Montes	PTC	AD	Situação	Coronel Marcos Rocha (PSL)	Reconhece a atividade religiosa como essencial para a população do estado de Rondônia em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais.
RO	Marcelo Cruz	Patriota	AD	Situação	Coronel Marcos Rocha (PSL)	Reconhece a atividade religiosa como essencial para a população do estado de Rondônia em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais.
RR	Chico Mozart	PPS		Situação	Antonio Denarium (PSL)	Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como locais de atividades essenciais em períodos de calamidade pública (covid-19).
RR	Gabriel Picanço	Republicanos	Iurd	Situação	Antonio Denarium (PSL)	Reconhece a atividade religiosa como essencial para a população do estado de Roraima em tempos de crise ocasionada por moléstias contagiosas, epidemias, sindemias ou catástrofes naturais.
AM	João Luiz	PRB	Iurd	Situação	Wilson Miranda (PSL)	Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como atividade essencial em períodos de calamidade pública.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Por sua vez, a região Centro-Oeste, também governada por aliados de Jair Bolsonaro, recebeu um total de apenas cinco projetos de lei que versavam sobre o tema, todos de deputados

de partidos de direita, mas desta feita os textos sugeriam apenas aquilo que chamamos de “ação passiva” do Estado diante daquilo que sugeria ser a “realidade” já vivenciada pelos cidadãos. Ou seja, o que se propunha era que se “reconhecesse” a realidade da “essencialidade” das atividades religiosas, uma vez que já eram “essenciais” na vida dos sujeitos. Apenas um dos projetos propunha ao Estado o ato de “instituir”:

Quadro 03. Centro-Oeste – 2020-2021²⁰

UF	Autoria	Partido	Igreja	Posição	Governador/ Partido	Ementa do projeto
GO	Jeferson Rodrigues	Republicanos	Iurd	Situação	Ronaldo Caiado (DEM)	Reconhece as atividades religiosas como serviços essenciais nas situações que especifica.
DF	Rodrigo Delmaso	Republicanos	Iurd	Situação	Ibaneis Rocha (MDB)	Reconhece as atividades religiosas como serviços essenciais para a população do Distrito Federal em situações de calamidade pública, de emergência, de epidemia ou de sindemia.

Fonte: Elaboração própria (2023).

A região mais populosa do país, o Sudeste, onde se encontram sedes de importantes igrejas evangélicas, assim como importantes santuários católicos, governada em três dos quatro estados por políticos de direita e apoiadores de Jair Bolsonaro (Wilson Witzel, João Dória e Romeu Zema), com partidos de direita compondo as bases aliadas nacional e estadual, teve a propositura de 11 projetos de lei, com destaque para Minas Gerais (onde se identificaram quatro). “Estabelecer” e “reconhecer” a essencialidade de igrejas/templos foram as ações do Estado pretendidas por tais projetos. Destaque-se a autoria coletiva (“bancada evangélica”) no projeto apresentado no estado do Rio de Janeiro. Nos estados onde os projetos não foram sancionados pelo governador, igrejas e templos foram autorizados a abrir aos poucos, observadas medidas como regulação de público, uso de máscaras e álcool em gel.

²⁰ Silvio Favero (PSL/MT) e Sebastião Resende (MDB/MT), ambos situação Sival Barbosa (MDB/MT); Herculano Borges (Solidariedade/MS), situação com Renato Azambuja (PSDB/MS).

Quadro 4. Sudeste – 2020-2021²¹

UF	Autoria	Partido	Igreja	Posição	Governador/ Partido	Ementa do projeto
MG	Carlos Henrique	Republicanos	Iurd	Situação	Romeu Zema (Novo)	Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como locais de atividade essencial em períodos de calamidade pública no estado de Minas.
MG	Leo Portela	PL	AD	Situação	Romeu Zema (Novo)	Reconhece a atividade religiosa como essencial para a população em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais.
RJ	Autoria coletiva		Várias igrejas	Situação	Wilson Witzel (PSL)	Reconhece a atividade religiosa como essencial para a população do estado do Rio de Janeiro em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais.
SP	Alex de Madureira	PSD	AD	Situação	João Dória (PSDB)	Estabelece o funcionamento de templos de qualquer culto seja considerado atividade essencial em períodos de calamidade pública no estado.
SP	Marta Costa	PSD	AD	Situação	João Dória (PSDB)	Estabelece o funcionamento de templos de qualquer culto seja considerado atividade essencial em períodos de calamidade pública no estado.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Por fim, a região Sul recebeu a proposição de seis projetos de lei que versavam sobre a temática, todos de aliados tanto do presidente quanto dos governadores em questão. Importa aqui lembrar que nela e no Sudeste a pandemia produziu um rompimento de governadores com o presidente (ambos do PSDB – Dória e Eduardo Leite) ou um afastamento por ocasião das medidas de confinamento social. Também aqui os textos propostos visavam à produção de uma postura mesclada da parte do Estado, ora tentando o “estabelecimento”, ora buscando o

21 Coronel Sandro (PSL/MG) e Leandro Genaro (PSD/MG), ambos situação com Romeu Zema (NOVO/MG); Danilo Baiense (sem partido/ES), oposição à Renato Casagrande (PSB/ES); Marcos Mansur (PSDB/ES), situação com Renato Casagrande/PSB; Gil Diniz (PSD) e Gilmaci Santos (Republicanos), ambos de São Paulo e situação com João Dória (PSDB/SP).

“reconhecimento” da essencialidade das atividades religiosas, como podemos ver abaixo:

Quadro 5. Sul – 2020-2021²²

UF	Autoria	Partido	Igreja	Posição	Governador/ Partido	Ementa do projeto
RS	Sergio Peres	Republicanos	Iurd	Situação	Eduardo Leite (PSDB)	Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como locais de atividade essencial em períodos de calamidade pública.
SC	Jair Miotto	PSC	AD	Situação	Carlos Moisés (PSC)	Reconhece a atividade religiosa como essencial para a população de Santa Catarina em situações de calamidade pública em todo o estado.
PR	Alexandre de Amaro	Republicanos	Iurd	Situação	Ratinho Júnior (PSC)	Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como locais de atividade essencial em períodos de calamidade pública no estado.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Feita a apresentação descritiva dos projetos nos quadros acima, algumas questões parecem dignas de nota. Antes de tudo, como já pontuamos anteriormente, observa-se a hegemonia quase total das proposituras por partidos de direita e identificados com o bolsonarismo. Nos projetos, a centralidade é do Republicanos, partido fundado e presidido pela Igreja Universal. Isso nos sugere que, no “plano de poder” levado a cabo por evangélicos na política brasileira, a instituição tem um papel fundamental na organização das pautas, que são, definitivamente, encampadas por políticos de direita (e da direita bolsonarista, podemos aqui dizer); logo, parte do ideário desse espectro político aglutinou como bandeira a defesa da fé, não de qualquer fé, mas da “fé cristã” – daí a primazia da expressão “igrejas” nos textos dos projetos.

Destacamos também o que nos pareceu ser uma nacionalização da estratégia de proposição dos projetos. Por meio de textos simples e curtos, os PLs garantiriam a discussão e enfrentamento daqueles que, por conta da sindemia, defendiam o confinamento total para impedir a propagação do vírus (fornecendo a munição para a ideia da “perseguição” e das “igrejas fechadas”) – textos repetitivos que pareciam querer produzir a ideia de que a “essencialidade”

²² Airton Lima (PL/RS), situação com Eduardo Leite (PSDB/RS); Vilmar Lourenço (PSL/RS), oposição a Eduardo Leite (PSDB/RS); Gilson de Sousa (PSC/PR), situação com Ratinho Júnior (PSC/PR).

das igrejas era algo evidente, óbvio, inquestionável. Por fim, e mais importante, se observa um movimento discursivo que se inicia com a defesa da “essencialidade” das atividades religiosas ou dos serviços prestados por igrejas e templos e chega, ao fim, à mobilização do imaginário em torno da ideia de que “igrejas” (leia-se: a fé cristã) são essenciais à vida do povo brasileiro. Vejamos como isso se operou a partir das redes de alguns deputados.

O primeiro exemplo vem do *card* abaixo, publicado pelo deputado Sebastião Rezende (MDB), do estado de Mato Grosso. A ementa do projeto de lei por ele apresentado diz o seguinte: “institui a essencialidade das atividades religiosas realizadas no templo e fora dele, em qualquer tempo, no âmbito Estado de Mato Grosso”²³. O foco, portanto, estaria na essencialidade das “atividades” realizadas por igrejas e templos, nas quais se incluiriam os cultos e celebrações, contudo o objetivo do projeto parecia estar, conforme se lê abaixo, em “instituir”/“reconhecer” que “a igreja” (cristã!) é, ela mesma, como igreja, “essencial” (fato observado por parte da legenda da postagem, em que o deputado diz que “a fé exerce papel fundamental na saúde mental, emocional, psicológica”²⁴:

Imagem 3. Deputado Sebastião, projeto de lei



Fonte: Instagram Sergio Rezende (2021).

O segundo exemplo vem de um deputado do Rio Grande do Sul. O projeto de lei apresentado por Sergio Peres (REP) visava ao estabelecimento, de “igrejas e os templos de

23 Texto da lei disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-11330-2021-mato-grosso-reconhece-a-atividade-religiosa-como-essencial-para-a-populacao-do-estado-de-mato-grosso-em-tempos-de-crisis-ocasionadas-por-molestias-contagiosas-ou-catastrofes-naturais>. Acesso em 11 maio 2023.

24 Logo, a “essencialidade” a ser instituída pelo Estado através da sanção da lei não era das “atividades prestadas” por igrejas e templos, mas da fé (cristã).

qualquer culto como atividade essencial em períodos de calamidade pública”²⁵ no estado. Em uma postagem em sua rede social de 23 de julho de 2020, o deputado conferiu centralidade ao “culto presencial”, não às “atividades” realizadas por igrejas e templos, deixando escapar que seu projeto se destinava a igrejas cristãs evangélicas (numa compreensão *stricto sensu* da palavra “culto”, tal como circula no país, em oposição à “missa” ou aos “ritos afros”). Ao mesmo tempo, na legenda da postagem que veremos logo abaixo, o deputado contrapõe igreja e Estado, vendo naquela uma “missão de relevante interesse público” e ações “que muitos governos” não fazem, destacando a importância de ações e atividades da igreja para “renovar a fé”. Vejamos:

Imagem 4. Deputado Sérgio, mobilização



Fonte: Instagram Sergio Peres (2021).

Por sua vez, o projeto de lei apresentado pelo deputado Gilson de Souza (PSC/PR) dizia o seguinte: “[...] estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como atividade essencial em períodos de calamidade pública no Estado do Paraná”²⁶. Em uma postagem publicada em suas redes sociais em 22 de maio de 2020, no entanto, o deputado se expressou:

25 Texto da lei disponível em: http://proweb.procergs.com.br/temp/PL_104_2020_19062023195614_int.pdf?19/06/2023%2019:56:14. Acesso em 28 fev. 2023.

26 Texto da lei disponível em: https://www.assembleia.pr.leg.br/storage/ordem_dia/PuSjrOL2zYwyNrgYxR2dpK9xDvFp8fh0JVddWTmz.pdf. Acesso em 28 fev. 2023.

Imagem 5. Deputado Gilson, projeto de lei

deputadogilsondesouza As Igrejas são Atividades Essenciais! - Tenho defendido o trabalho social realizado pelas instituições religiosas e o reconhecimento como atividade essencial. Hoje, me pronunciei durante a sessão plenária remota, cobrando respeito às igrejas que têm essa garantia através da Lei n°20.205/2020 que é de minha autoria e do deputado Amaro, e permite no mínimo, a abertura dos templos para o atendimento individual dos membros e a realização dos cultos pela internet.

No último sábado (04), uma decisão da 4ª Vara da Fazenda Pública, chegou a acolher um pedido do Ministério Público do Paraná (MP-PR) para a suspensão dos cultos, contrariando absurdamente a legislação.

Temos vivido um momento muito delicado em nossa nação. Como

delicado em nossa nação. Como cristãos, devemos nos levantar para garantir com ordem e decência, que nossos princípios e valores continuem sendo propagados.

Fonte: Instagram Gilson Souza (2021).

Embora inicie defendendo a postagem de seu projeto de lei falando no “trabalho social” que instituições religiosas realizam, denuncia a “suspensão de cultos” operada pelo Ministério Público do Paraná e faz menção ao estado de *sindemia* (“momento muito delicado em nossa nação”), embora conclame os “cristãos” a se “levantar” e “garantir com ordem e decência” a propagação de seus “valores”. Ou seja, embora se dirija com seu projeto a templos, seu foco é a garantia de um lugar para as igrejas cristãs, por meio do Estado (via lei), no ordenamento jurídico, de modo que os valores que lhes são caros possam, sem impedimento, continuar a serem propagados sem o obstáculo da legislação voltada às atividades tidas como essenciais. Substitui-se a ideia do serviço pelo imperativo da propagação de valores cristãos.

A pesquisa realizada para a confecção deste texto nos pôs em contato com um projeto de lei apresentado em 2020 no Paraná, mas não versava diretamente sobre atividades realizadas por igrejas e templos durante a *sindemia*. De autoria da deputada cantora Mara Lima (PSC), da Assembleia de Deus, o projeto estranhamente versava sobre a “liberdade religiosa” no estado, visando a “assegurar” e “garantir” o direito dos sujeitos “à liberdade de crença”, algo que já está assegurado na Constituição de 1988. Em nossa análise, na esteira de outros projetos de lei que produziram o enfrentamento entre governadores e religiosos, o projeto gerava ainda mais a sensação de “fé em ameaça”, “fé em perigo”, o que justificava, redundantemente, a garantia de algo já constitucionalmente assegurado. Em 28 de julho daquele ano, foi postado o seguinte:

Figura 6. Deputada Mara Lima



Fonte: Instagram Maralima (2021).

Em relação à República e à democracia brasileiras, vimos nos períodos mais tétricos da sindemia uma forte movimentação das igrejas evangélicas nas redes, nos púlpitos e nas tribunas legislativas, bem como a atuação de suas grandes e pequenas lideranças midiático-parlamentares. Talvez isso sinalize a emergência de um terceiro movimento na relação entre o mundo cristão e a sociedade que estava situado às margens: o ideológico-identitário. Há sinais de seu recrudescimento e tensionamento com dois movimentos históricos, o pragmatismo eleitoral (adesão aos governos vitoriosos, inclusive de esquerda, com ocupação de cargos, barganhas e benesses) e o coletivo-social (atuação republicana no terceiro setor, complementando políticas sociais), que ocorrem num contexto de reforço de identidades religiosas fechadas, diversidade de secularizações e dissolução de fronteiras entre o religioso e o político, o universal e o particular (FERNANDES, 1994; PIERUCCI, 2011; ROSAS, 2014; SMITH, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto é descrever e analisar um momento novo dentro das históricas relações entre religião e política no Brasil, desta feita proporcionado pela sindemia ainda em curso no mundo. Empregamos o termo “proporcionado” por entendermos, a partir do que observamos, que o momento acionou uma nova empreitada de atores do campo religioso, de modo a fazer valer a supremacia de sua crença sobre o conjunto da sociedade brasileira, mobilizando-se

pela inscrição dessa crença entre os “serviços essenciais”. A relação entre religiões, igrejas e governos é sempre complexa, cheia de conflitos e aproximações, e a proximidade pode surgir por afinidade ideológica, por interesses os mais diversos ou ambas as coisas.

Precisamos levar em conta, também, que dentro desse cenário temos relações entre majorias e minorias, regras e exceções. A antiga direita conservadora e democrática brasileira está sendo engolida por essa corrente de extrema-direita reacionário-libertária-cristã. Para as expressões religioso-políticas de extrema-direita, globais, mas ao mesmo tempo assumindo configurações específicas, a hermenêutica reza: “O mundo é cruel, violento e injusto e nada pode mudar”. Em linhas gerais, significa sacralizar hierarquias, poderes naturais ou sociais, e projetar um horizonte de permanências e imobilidade. A partir da fusão entre o horizonte identitário particular e a ideia de universal brandida por esses deputados evangélicos, emerge uma atuação no Legislativo, nos púlpitos e nas redes digitais que mescla tendências que vão do reacionarismo ao neofascismo, do neoliberalismo ao interesse corporativo estrito. Não se sabe se esse imaginário é a política de uma expressão religiosa ou a expressão religiosa de uma ação política, tamanhos a ambivalência e o amálgama entre culto, ideologia, fantasia e política.

O imaginário extremista de direita – expresso por essas lideranças políticas – oscilou entre os registros do mito, dos fatos históricos, do fantástico e do ideológico-político e tem irrigado a proposição de projeto e leis no âmbito legislativo, nas pregações veiculadas nas plataformas digitais e na pregação cültica, que se misturam e se retroalimentam mutuamente, garantindo não um negacionismo, mas a produção de um universo paralelo, fantástico, eludindo, emulando e encavalando a realidade socioeconômica e política. Pela democracia representativa a religião reacionária adentra a esfera pública; uma vez no corpo estatal, dissolve o ente republicano a partir de uma máquina de práticas e discursos movidos pelo imaginário do “inimigo”. A dissolução é feita em nome da captura do universal – as leis, a constituição, a autoridade republicana – pela identidade religiosa particular desse cristianismo endurecido, pessimista-fatalista.

REFERÊNCIAS

1. BANDEIRA, Olivia; CARRANZA, Brenda. Só o Brasil Cristão Salva da COVID-19? **Boletim Especial**, São Paulo, n. 33, 5 mai. 2020. Disponível em: <https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/s%C3%B3-o-brasil-crist%C3%A3o-salva-do-covid-19>. Acesso em: 30 mar. 2023.
2. BOLSONARO COMPARTILHA vídeo convocando para ato pró-governo em março. **Bnews**, 25 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/politica/politica/260347,bolsonaro-compartilha-video-convocando-para-ato-pro-governo-em-marco.html>. Acesso em: 16 jun. 2023.

3. BOLSONARO CONVOCA população a participar de campanha de jejum. **Correio Braziliense**, Brasília, 04 abr. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/04/interna_politica,842421/bolsonaro-convoca-populacao-a-participar-de-campanha-de-jejum.shtml. Acesso em: 16 jun. 2023.
4. BOLSONARO MANDOU um vídeo pelo WhatsApp convocando para o ato anti-Congresso. **O Sul**, 25 fev. 2020. Disponível em: <https://www.osul.com.br/bolsonaro-mandou-um-video-pelo-whatsapp-convocando-para-o-ato-anti-congresso/>. Acesso em: 16 jun. 2023.
5. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
6. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-1992). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
7. BRÍGIDO, Carolina. STF decide que governadores e prefeitos podem decretar isolamento na pandemia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/stf-decide-que-governadores-prefeitos-podem-decretar-isolamento-na-pandemia-24373750>. Acesso em: 21 out. 2022.
8. BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Editora Filosófica Politéia: São Paulo, 2019.
9. CAMURÇA, Marcelo; BRUM, Asher; SILVEIRA, Emerson Sena da. Todos los caminos conducen a Roma y a la Casa Blanca: los flujos de la derecha religiosa católica en Brasil desde los Estados Unidos de Trump y el entorno tradicionalista del Vaticano. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v. 23, p. 01-40, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8670273>. Acesso em: 23 out. 2022.
10. CURY, Teo; LELLIS, Leonardo. “Parece que está começando a ir embora a questão do vírus”, diz Bolsonaro. **CNN Brasil**, 12 abr. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/religiosos-relembra-isolamento-em-celebracao-de-pascoa-online-com-bolsonaro/>. Acesso em: 16 jun. 2023.
11. FERNANDES, Rubem César **Privado, porém público** - o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
12. GHIRALDELLI JR, Paulo. **Semiocapitalismo**. São Paulo: CEFA Editorial, 2022.
13. GHIRALDELLI JR, Paulo. Sindemia e pandemônio: o Bolsovírus. In: CABELO, Mariângela; GHIRALDELLI JR., Paulo (org.) **Pandemia e pandemônio**: ensaios sobre biopolítica no Brasil. São Paulo: CEFA Editorial, 2020. p. 6-16.
14. GRACINO JR, Paulo; SILVA, Mayra Goulart; SANTOS, Paula. Os humilhados serão exaltados? Ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 3, p. 547-558, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/Hd79BxYGpNBzq7Bk9YpjMbM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2023.
15. JUIZ MANDA Bolsonaro excluir igrejas da lista de serviços essenciais. **Isto é**, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/juiz-manda-bolsonaro-excluir->

- igrejas-da-lista-de-servicos-essenciais/. Acesso em: 21 out. 2022.
16. KALIL, Isabela. Do “cidadão de bem” ao “patriota”: eleições, desinformação e extremismo. *In: INÁCIO Magna; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. **Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?** São Paulo: Hucitec, 2022. p. 237-251.*
 17. LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 1996.
 18. LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
 19. MARIANO, Ricardo. Ativismo político de evangélicos conservadores rumo à extrema direita. *In: INÁCIO Magna; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. **Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?** São Paulo: Hucitec, 2022. p. 219-236.*
 20. MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu. Apoio evangélico a Bolsonaro: sacralização da extrema direita e antipetismo. *In: GUADALUPE, José Luis; CARRANZA, Brenda (org.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 329-50.*
 21. NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
 22. NOBRE, Marcos. **Ponto final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo: Todavia, 2020.
 23. OHANA, Victor. Bolsonaro reclama de fechamento de igrejas: “Providências absurdas”. **Carta Capital**, 21 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-reclama-de-fechamento-de-igrejas-providencias-absurdas/>. Acesso em: 16 jun. 2023.
 24. PIERUCCI, Antônio Flavio. Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 89, p. 6-15, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000100001>. Acesso em: 23 out. 2022.
 25. PONTES, Wanderson. Marco Feliciano: “Eu, Pastor, estou falando de política hoje para não ser proibido de falar de Jesus amanhã”. **Portal de Prefeitura**, Recife, 6 dez. 2021. Disponível em: <https://portaldeprefeitura.com.br/2021/12/06/marco-feliciano-eu-pastor-estou-falando-de-politica-hoje-para-nao-ser-proibido-de-falar-de-jesus-amanha/>. Acesso em: 16 jun. 2022.
 26. PY, Fabio. **Pandemia cristofascista**. São Paulo: Editora Recriar, 2020.
 27. ROSAS, Nina. **As obras sociais da Igreja Universal: uma análise sociológica**. São Paulo: Fino Traço, 2014.
 28. SAAD-FILHO, Alfredo. From COVID-19 to the End of Neoliberalism. **Critical Sociology**, [S. l], v. 4-5, n. 46, p. 477-485, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0896920520929966>. Acesso em: 1 nov. 2022.
 29. SENA DA SILVEIRA, Emerson José. Cuestión religiosa y política en Brasil: pluralidad, biopolítica y conservadurismo. **Revista Rupturas**, Costa Rica, p. 47-81, 2022. Disponível em: <https://revistas.uned.ac.cr/index.php/rupturas/article/view/3998/5325>. Acesso em:

10 abr. 2023.

30. SILVA, Emanuel; SILVEIRA, Emerson. A pandemia de covid-19 sob a benção de Bolsonaro e evangélicos: mobilização política anti-ciência, saber mágico e pós-verdade. **Inter-legere (UFRN)**, Natal, v. 3, p. 1-28, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21931> . Acesso em 01 abr. 2023.
31. SILVEIRA, Emerson; COSTA, Waldney. Covid-19 e religião: sindemia, sindemônio e o desafio de compreender o religioso (pós-editorial). **PLURA, Revista de Estudos de Religião**, [S. l.], v. 12, p. 244-257, 2021. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/1823> . Acesso em: 01 abr. 2023.
32. SINGER, Merryl; CLAIR, Scott. Syndemics and public health: reconceptualizing disease in bio-social context. **Medical anthropology quarterly**, [S. l.], v. 17, n. 4, p. 423-441, 2003.
33. SMITH, Amy. **Religion and Brazilian democracy: mobilizing the people of God**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

Emanuel Freitas da Silva

Professor Adjunto de Teoria Política. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6304-4316>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica e empírica, Análise de dados e Redação. E-mail: emanuel.freitas@uece.br

Emerson José Sena da Silveira

Professor Associado do Departamento de Ciência da Religião. Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5407-596X>. Produção: Pesquisa bibliográfica e empírica, Análise de dados e Redação. E-mail: emersonin.pesquisa@gmail.com